

REFERÊNCIA:

MÁXIMO, M. A. da S.; FERREIRA, O. L. Palácio Itamaraty em Brasília: análise de adequação às normas brasileiras sobre acessibilidade e propostas de melhoria, respeitando a autenticidade. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL - PLURIS 2012: REABILITAR O URBANO, 5., 2012, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB; UFSCAR; USP; UMINHO, 2012. [12] f., il.

PALÁCIO ITAMARATY EM BRASÍLIA: ANÁLISE DE ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS BRASILEIRAS SOBRE ACESSIBILIDADE E PROPOSTAS DE MELHORIA, RESPEITANDO A AUTENTICIDADE.

M. A. da S. Máximo, O. L. Ferreira

RESUMO

Brasília é a única cidade construída no século XX considerada pela UNESCO Patrimônio Cultural da Humanidade pelo reconhecimento mundial do seu Plano Urbanístico como exemplar ímpar do urbanismo modernista caracterizado pelo racionalismo e funcionalismo. O Decreto Federal nº 5.296/2004 consolidou a legislação brasileira de acessibilidade e tornou obrigatória a norma brasileira NBR-9050/2004. O país está em processo de adaptação e o respeito à legislação envolve adaptações do patrimônio arquitetônico, tanto “histórico” como contemporâneo. O processo de adaptação deve garantir a acessibilidade e a preservação do bem. Este artigo apresenta uma análise, com uso da ferramenta “Matriz de Autenticidade e Acessibilidade”, do Palácio Itamaraty – referência integrada da arquitetura moderna, inserido no conjunto urbanístico tombado - onde foi possível obter informações para melhoria das condições de acessibilidade, respeitando sua autenticidade.

1 INTRODUÇÃO

O Palácio Itamaraty é sede do Ministério das Relações Exteriores - MRE, em Brasília, cuja função primordial desse ministério é ser a parte representativa da Presidência da República. A autoria do projeto do Palácio é de Oscar Niemeyer, tendo o projeto sido iniciado em 1959, a obra começada em 1963, e a inauguração ocorrida em 1970. Mesmo Juscelino Kubitschek tendo deixado Brasília numa condição de irrevogável implantação, o contexto político após o término de seu mandato era conturbado. A renúncia do presidente Jânio Quadros e a instabilidade advinda fez com que obras e projetos em execução sofressem grande impacto, e foi o que ocorreu com o Palácio (Rosseti, 2009).

Embora o Palácio Itamaraty não seja tombado individualmente, por estar dentro do perímetro do tombamento pelo IPHAN e UNESCO, pode ser considerado como ambiência desta área, o Plano Urbanístico. Portanto se mostra adequado garantir todo o cuidado necessário na análise e na proposta de adaptações para a acessibilidade. Atualmente o Ministério possui o Palácio e dois Anexos, e as dependências do Palácio apresentam problemas no atendimento aos requisitos de acessibilidade (Medeiros, 2010).

Garantir a acessibilidade em bens tombados, de uso público ou de grande significância, implica adaptar a edificação dotando-a de características que permitam o acesso, a circulação e o usufruto do bem por qualquer pessoa sem qualquer risco à segurança. Os estudos criteriosos para adaptação de bens tombados e edifícios de valor histórico têm se baseado principalmente nas Cartas de Burra, de Veneza e de Nara, elaboradas pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS. As demandas de adaptações

para a acessibilidade são realidade atual e recente, e o curso dessas adaptações tem mostrado diversos equívocos na sua implantação, mesmo em edifícios atuais.

Dados do IBGE mostram que a população brasileira está envelhecendo e 14% dela apresentam algum tipo de deficiência ou necessidade especial. Atualmente 80% da população brasileira habitam em áreas urbanas e a maioria das cidades brasileiras não apresenta projetos urbanos e edificações com acessibilidade adequada, nem para os deficientes nem para as pessoas com mobilidade reduzida. Se os projetos e edificações contemplarem acessibilidade para todos também contribuirão para a inclusão social, para a satisfação e conforto dos usuários no ambiente construído. Os projetos e as edificações já construídas devem contribuir para minimizar as barreiras físicas que prejudiquem a acessibilidade. Edificações já construídas devem, portanto, passar por avaliação de adequação aos critérios de acessibilidade e sofrer os ajustes necessários. Tal desafio é ainda maior quando a edificação em questão é tombada ou apresenta significância histórica, de modo que as possibilidades de solução para atendimento aos requisitos merecem maior cuidado para não ferir os valores que fazem daquela edificação um ambiente singular. Considerando que o Palácio Itamaraty é um edifício público o mesmo deve ser utilizado indiscriminadamente por todos os cidadãos. Busca-se, ainda que de forma indireta, que a acessibilidade seja uma forma de garantir a preservação da própria edificação para futuras gerações, à medida que a inclusão e democratização sirvam de apropriação do patrimônio de forma ampla pela sociedade (Ministério das Cidades, 2007).

Este trabalho objetiva analisar o Palácio Itamaraty, à luz dos critérios de acessibilidade estabelecidos pelas normas brasileiras, avaliar as barreiras físicas e propor soluções técnicas para melhoria das condições e atendimento aos requisitos normativos, garantindo o acesso ao patrimônio arquitetônico, preservando a autenticidade da edificação.

2 ACESSIBILIDADE

A acessibilidade pode ser definida como a condição de acesso e uso de determinado lugar. O Decreto Federal nº 5.296/2004 define acessibilidade como “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” (Decreto Federal, 2004).

Gozar do poder de chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização, as relações espaciais do lugar e participar das atividades fazendo uso dos equipamentos disponíveis, isto tudo pode definir acessibilidade. Fazem parte ainda do conceito as condições de acesso à informação e as possibilidades de deslocamento, onde todos exerçam seus direitos de cidadão. Portanto os espaços precisam estar livres de barreiras: elementos que impedem ou dificultam o processo de usufruto dos lugares e de seus equipamentos. Essas barreiras podem ser socioculturais, físicas e de informação, e a existência de barreiras interfere na autonomia dos indivíduos.

A adaptação das edificações e das cidades, com a remoção de barreiras arquitetônicas, é uma preocupação atual e os responsáveis por intervenções em edifícios históricos, tombados ou não, devem observar a legislação e visar o bem estar social e a autonomia do cidadão. A legislação brasileira inicialmente esteve focada em superar discriminações e preconceitos. Depois avançou ao garantir a prioridade no atendimento, em seguida a

promoção da acessibilidade, e por fim na quebra de barreiras, inclusive na comunicação e no acesso à informação. O Decreto Federal nº 5.296/2004 consolidou esta legislação.

A norma brasileira NBR-9050/2004 foi vinculada ao Decreto Federal nº 5.296/2004, e seu cumprimento se tornou obrigatório. Essa norma estabelece os critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade a serem observados nas fases de projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Visa ainda proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

A Instrução Normativa nº01 – IN – 01, de 2003, publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, apresenta considerações básicas sobre a adaptação de bens culturais imóveis acautelados em nível federal, baseada nas Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, além das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Esta instrução considera a necessidade do desenvolvimento de estudos baseados na avaliação de propostas bem sucedidas de adaptação, normas internacionais, técnicas e novas tecnologias de acessibilidade com intuito da elaboração de métodos de avaliação das condições de acessibilidade real dos bens culturais imóveis. Segundo a instrução o limite das intervenções para acessibilidade deve ser o possível grau de comprometimento do “valor testemunhal e da integridade estrutural” do bem. Para valor testemunhal é possível subentendermos autenticidade (IPHAN, 2003).

As ações necessárias para o cumprimento das exigências do Decreto Federal nº 5.296/2004 para a acessibilidade não devem ser confundidas com restauração, mas são de fato ações de adaptação. Adaptação significa dar um novo uso ao bem, sem, no entanto, alterar seus valores principais, causando o mínimo de danos à consistência material do patrimônio cultural, bem como nos valores que o caracterizam. Intervenções para a acessibilidade, para tornar a edificação “mais acessível”, são ações de adaptação, causando nenhum dano ou danos mínimos, aos valores e à consistência material da edificação, e a avaliação de alternativas deve sempre priorizar as de menor impacto. Algumas intervenções para podem inserir novos usos ou serviços, tais como a instalação de equipamentos de áudio e vídeo, elevadores, sinalização visual e tátil, por exemplo (Ferreira, 2011).

Com base no conceito do Desenho Universal, a Acessibilidade é parte dos requisitos para intervenções de adaptação do ambiente construído e está associada aos requisitos das normas técnicas e outros instrumentos legais. A Acessibilidade visa garantir a todos o acesso à cidade e ao edifício. Recentemente a sociedade vem buscando garantir o acesso e a utilização de ambientes públicos e coletivos de forma adequada, sem a segregação que tanto ocorreu no passado, e que ainda ocorre. Adaptações e transformações dos espaços urbanos e edificados, permitindo a acessibilidade de pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, demonstra a busca da construção de uma nova realidade urbana e de cidades mais democráticas. O país encontra-se hoje em processo de adaptação e o pleno respeito à legislação envolve também a adaptação do patrimônio arquitetônico nacional seja ele “histórico” ou contemporâneo com vistas ao acesso universal.

3 PATRIMÔNIO MODERNO

O Modernismo foi um movimento artístico e cultural iniciado na Europa e difundido no Brasil a partir do início do século XX, através de manifestos de vanguarda, principalmente

em São Paulo, e da Semana da Arte Moderna de 1922. O movimento iniciou uma nova fase estética onde se deu a integração de tendências fundamentadas na valorização da realidade nacional, abandonando as tradições, tanto na literatura quanto nas artes. Foi um movimento cultural global envolvendo diversos aspectos, tais como sociais, tecnológicos, econômicos e artísticos. No Brasil, as primeiras obras Modernistas surgem no início do processo de industrialização. Embora o Modernismo tenha sido introduzido no Brasil através da atuação e influência de arquitetos estrangeiros, sua aceitação se deve aos arquitetos brasileiros, tais como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa (Meurs, 1995).

Os arquitetos Modernistas buscavam o racionalismo e funcionalismo em seus projetos, sendo que as obras apresentavam formas geométricas definidas, sem ornamentos; separação entre estrutura e vedação; uso de pilotis para liberar o espaço sob o edifício; painéis de vidro contínuos nas fachadas, sem as janelas tradicionais; integração da arquitetura com o entorno pelo paisagismo, e com as outras artes plásticas através do uso de painéis de azulejo decorados, murais e esculturas. O Estado, enquanto patrocinador das obras, teve forte influência no processo de afirmação do Modernismo brasileiro, e buscava nele o simbolismo de modernidade e progresso. (Meurs, 1995).

3.1 Modernismo em Brasília

Oscar Niemeyer, em parceria com o engenheiro Joaquim Cardozo, transforma a construção de Brasília (1956-1960) num canteiro experimental dessa fascinante aventura de concepção de formas estruturais. O presidente Juscelino Kubitschek teve como meta transferir a capital para o Planalto Central. Niemeyer foi o arquiteto escolhido para elaborar os projetos arquitetônicos dos principais edifícios governamentais. Lúcio Costa concebe o plano urbanístico e cria a nova capital. Costa dá forma à Brasília e Niemeyer imprime a sua marca nos principais monumentos arquitetônicos, construídos em grande parte nos quatro anos que antecederam à inauguração da cidade (Rosseti, 2009).

O plano urbanístico ordena o espaço baseado nas escalas de uso, onde cada função urbana cria estruturas morfológicas próprias e identificáveis: a “monumental” (edifícios públicos), a “residencial”, a “gregária” (espaço de convivência e lazer), e a “bucólica” (para recreação à beira do lago). A característica fundamental do projeto está nessa ordenação de escalas de uso principal que afeta a densidade populacional e o tratamento da paisagem através do emprego de técnicas “rodoviárias e paisagísticas”. Este tratamento consiste em garantir uma condição de vida mais reservada no interior das superquadras, que ficariam protegidas por densas cintas de árvores em seu perímetro. E por outro, em expor como imagem da cidade apenas a sua parte cívica. O partido do projeto baseou-se no cruzamento de dois eixos, sendo adaptado à topografia local. Brasília é a única capital projetada e construída sob os ideais modernistas e seu plano urbanístico é tombado e considerado pela UNESCO “Patrimônio Cultural da Humanidade” (Rosseti, 2009) (Costa, 2009).

3.2 O Palácio Itamaraty

Desde o relatório de Lúcio Costa sobre o Plano Piloto, o Palácio já tinha sua distinção e localização diferenciada frente aos demais ministérios, juntamente com o Palácio da Justiça. O projeto original indicava um edifício representativo, o Palácio propriamente, articulado com outro administrativo, o Anexo I, sendo os dois ligados por duas passarelas suspensas, no segundo andar, com fechamentos laterais envidraçados (Costa, 2009).

No projeto do Palácio, Niemeyer usou da precisão geométrica, onde a técnica potencializa a forma, para definir a estrutura que será percebida como uma imagem. Os espaços internos valorizam a integração de obras de arte à arquitetura, e a priorização do vazio é um fator organizador e simboliza o poder representado pelo edifício. Diversos materiais foram usados na construção e foi priorizado o uso de materiais típicos (pedras granito e mármore) que remetem à nacionalidade brasileira, e a integração da arquitetura com outras formas de arte, com o paisagismo, as esculturas, a paginação do piso e a tapeçaria, refletem características modernas (Santos, 2007) (Rosseti, 2009).

O Palácio possui dimensões em planta de 84 x 84 metros, e altura de 17,56 metros, dos quais 4,27 metros no subsolo. É feito todo em concreto armado aparente, com 15 linhas de pilares em sua fachada principal e vão de 6,0 metros entre pilares. É, portanto um volume com planta quadrada, com fechamento em vidro, com colunas interligadas por arcos, posicionadas sob um espelho d'água. No subsolo há o auditório, áreas operacionais e salas de reuniões. No térreo e no segundo pavimento há gabinetes e escritórios. O mezanino faz a transição entre o térreo e o terceiro pavimento, onde estão os salões de exposições e de banquetes, e um terraço com jardim (Santos, 2007).

4 AUTENTICIDADE

A definição do conceito de autenticidade está baseada na ideia de algo do qual se tem a origem comprovada, ou aquilo que é considerado verdadeiro diante de certos critérios. Durante algum tempo, o significado de preservar mantendo a autenticidade foi interpretado como preservar sem alterações ou mudanças, de acordo com a Carta de Veneza (1964). Autenticidade não é, e nem representa, um tipo de intervenção, mas sim um modo de avaliação dos valores do bem considerado. A autenticidade de um bem define em grande extensão o significado desse bem, e está fundamentada na identificação, avaliação e interpretação dos valores atuais e dos valores que o caracterizaram no passado. A autenticidade atribui o caráter de verdadeiro às dimensões ou valores (artística, histórica, social e científica) identificados no patrimônio cultural (Cury, 2003) (Ferreira, 2011).

A origem do conceito atual de autenticidade fundamenta-se tanto na ideia de valor documental apresentada por Camillo Boito, que defendia como princípio de intervenção a identificação de qualquer alteração, além do respeito às diversas fases de vida do monumento (Boito, 2003), quanto na visão de Cesare Brandi que apresenta como princípio a preservação da unidade da Obra-de-arte em sua dualidade artística e histórica. Desta forma a autenticidade está associada à identificação, avaliação e interpretação dos valores atribuídos a um bem. Ferindo-se os valores por meio de intervenção física sobre os aspectos (forma e desenho, materiais e substâncias, etc.), ferimos também a autenticidade.

Em 1994, a Carta de Nara apresentou a autenticidade como principal elemento de qualificação dos valores que caracterizam um bem e que incluem sempre: forma e desenho, materiais e substâncias, uso e função, tradição e técnicas, localização e espaço e; espírito e sentimento. A partir da compreensão desses aspectos é possível construir com maior propriedade um quadro representativo das dimensões (ou valores) artísticas, históricas, sociais e científicas do bem, garantindo sua conservação. É a manutenção dos valores que garante a importância do bem para determinada comunidade, o que leva à sua preservação. Se algo tem representatividade para a sociedade, esta o preservará, caso contrário, sua perda ou dano nada representarão (Cury, 2003) (Ferreira, 2011).

Todas as categorias de valores estão relacionadas entre si. Os **valores artísticos** (dimensões) são compreendidos a partir das qualidades visuais, características de estilo, composição, volumetria, relação entre cheios e vazios, proporções entre as partes, elementos que permitem perceber mudanças e alterações ao longo tempo. Já os **valores históricos** estão presentes na idade de materiais e substâncias, nas técnicas construtivas que retratam um período, e na associação do bem a eventos históricos, dentre outros. Os **valores sociais** estão relacionados ao uso da edificação para encontros, celebrações, manifestações, que de algum modo qualificam a edificação e o local, conferindo importância e reforçando os laços de identidade. Percebe-se claramente a relação, por exemplo, entre a dimensão histórica e a social. Os **valores científicos** estão relacionados a pesquisas das características construtivas, composição de materiais, sua degradação, ação do clima, sendo então relacionados à preservação física do bem (Ferreira, 2011).

Visto que os valores qualificam o bem, os mesmos devem ser avaliados sob a ótica da autenticidade, ou seja, a capacidade dos valores de transmitir o significado daquele bem. Autenticidade é a capacidade do bem de transmitir seu significado a partir de seus valores. Integridade é a capacidade do bem de assegurar a existência dessa significância ao longo do tempo, com todas as características capazes de transmitir seus valores, que devem ser assegurados nas suas dimensões artística, histórica, social e científica.

Para garantir a preservação integral de um bem é necessário diagnosticar os valores a ele atribuídos, avaliando a autenticidade, para depois desenvolver um plano de ação de conservação e planos de intervenção que não interfiram ou que apresentem mínima interferência sobre os valores identificados. Preservar valores significa preservar a identidade do bem. Toda intervenção significa algum impacto sobre os valores da edificação e sobre a maneira com que a comunidade se identifica com ela. Portanto, intervenções para a acessibilidade podem causar impactos sobre os valores, podendo interferir no **uso (uso e função)** original ou com a distribuição original do mobiliário bem como modificar a função do bem. Outro ponto importante é cuidar para que as intervenções não acrescentem diferentes tipos de **materiais (tradições e técnicas)** em relação à edificação original, interferindo na manutenção do patrimônio construído. No caso da preservação do patrimônio moderno as intervenções podem se tornar arriscadas visto que a diferenciação entre o “novo” e o “antigo” é mais difícil. Acréscimos de longas rampas e sinalização tátil podem alterar profundamente o **espaço (localização e espaço)** e a compreensão da obra original. As intervenções para a acessibilidade podem reforçar o sentimento em relação à impressão íntima, física e espiritual em relação ao bem, ao proporcionar que mais pessoas o desfrutem. Portanto toda intervenção deve ser facilmente reconhecível e facilitar intervenções futuras. Com base na avaliação dos valores e a partir da caracterização dos aspectos (características e documentos) pode-se formar um quadro qualitativo das principais características do bem, seus valores e autenticidade.

5 METODOLOGIA

A ferramenta utilizada para a coleta e análise de informações sobre acessibilidade e autenticidade foi a “Matriz de Autenticidade e Acessibilidade do Patrimônio Cultural” ou Matriz A&A. Tal ferramenta é uma fusão de outras duas: a tabela de autenticidade (Nara-Grid) e a Avaliação de acessibilidade, realizada por meio de uma lista de verificação de atendimento aos requisitos das normas de acessibilidade. A ferramenta está ambientada no software “Excel” (Microsoft), e a mesma permite avaliar os prováveis impactos das adaptações para a acessibilidade sobre a autenticidade (Ferreira, 2011).

Em primeiro lugar foi realizada a análise dos valores da edificação, com informações obtidas durante a revisão bibliográfica, a visita *in loco*, e em entrevistas com o pessoal do Setor de Arquitetura e Engenharia do Departamento de Administração do Ministério.

O segundo passo foi avaliar as características da edificação quanto à acessibilidade, com o preenchimento de uma lista de verificação de atendimento aos requisitos (NBR 9050:2004). As não conformidades foram então consideradas como pontos de estudo para futuras intervenções, sendo, portanto, o ponto de partida para a Matriz A&A. Nesse momento procuraram-se respostas de como as intervenções para resolver as não conformidades poderiam interferir, alterando ou danificando as dimensões e os aspectos. Tais informações foram obtidas também pela visita *in loco*, pela análise das plantas de arquitetura disponibilizadas pelo MRE, pela análise das fotografias coletadas durante a visita, e pela entrevista realizada com um diplomata cadeirante que trabalha no MRE.

Com todos esses dados coletados foi possível estabelecer oportunidades de melhoria para eliminar ou minimizar as barreiras arquitetônicas presentes para que a edificação seja “mais acessível”. Cabe observar que a ferramenta pode ser aplicada também em avaliação pós-ocupação, que foi o caso do Palácio, auxiliando na avaliação de soluções adotadas e norteando novas adaptações, servindo também na definição de uma política de conservação baseada na prevenção, mostrando onde e como realizar as adaptações. Avaliando os valores foi possível obter informações que indicam o que deve ser preservado para evitar que o bem perca sua autenticidade e integridade. Ao cruzar essas informações com as necessidades de adaptação, percebemos como cada adaptação pode afetar a autenticidade.

6 PALÁCIO ITAMARATY – RESULTADOS OBTIDOS

Em resumo as principais não conformidades identificadas quanto aos requisitos normativos de acessibilidade e segurança foram: superfícies irregulares, desníveis e falta de rebaixos nos pisos (calçadas), sinalização horizontal inadequada no estacionamento, sinalização indicativa, informativa e direcional deficientes de modo geral, falta de corrimãos em rampas e escadas, ausência de mapas e planos táteis, balcões da recepção não adaptados, falta de treinamento específicos dos guias para atendimento em caso de visitas com deficientes (LIBRAS, procedimento com cadeirantes) e também falta de recursos materiais para essas visitas tais como *headsets* e maquetes táteis, corredores estreitos, faltas de sistema de alarme sonoro e luminoso em caso de incêndio e outros sinistros, portas estreitas e com resistência ao manuseio elevada (força para abrir excessiva), maçanetas inadequadas nas portas, escadas estreitas (de serviço), falta de sinalização nas escadas e degraus com espelhos abertos, falta de elementos de sinalização e comunicação, falta de rampas no auditório, falta de espaço destinado a deficientes no auditório, banheiros não adaptados e falta de brigada de combate a incêndio e emergências.

A seguir são apresentadas a Matriz de Autenticidade - Com base no Documento de Nara sobre Autenticidade (Tabela 1) e a Matriz de Acessibilidade - Avaliação do Impacto das intervenções para a acessibilidade (Tabela 2). A primeira traz a análise dos valores da edificação e a segunda traz uma avaliação de como as intervenções para resolver as não conformidades podem interferir, alterando ou danificando as dimensões e aspectos. Abaixo são apresentadas as Figuras 1, 2 e 3 que caracterizam a edificação.



Fig. 1: Palácio Itamaraty – Fachadas Norte e Oeste (Foto: M. A. S. Máximo)

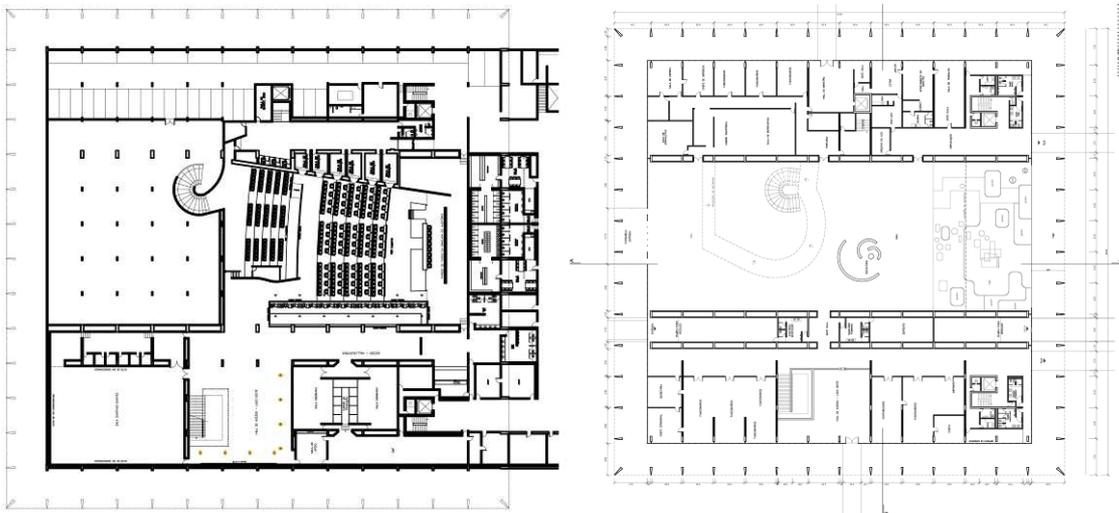


Fig. 2: Palácio Itamaraty – Plantas do Subsolo (esquerda) e térreo (Fonte: MRE)

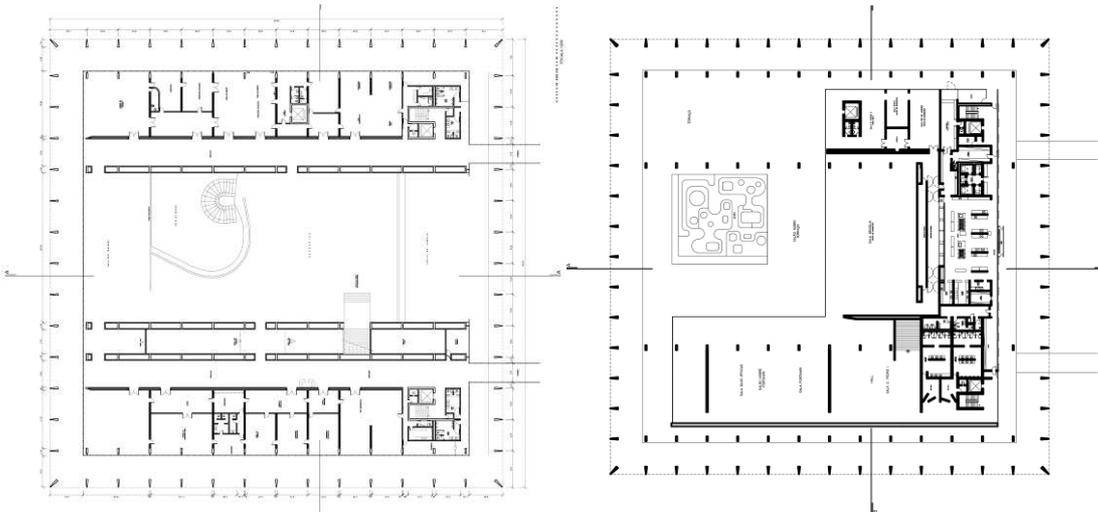


Fig. 3: Palácio Itamaraty – Plantas do 2º Pav. (esquerda) e 3º Pav. (Fonte: MRE)

Tabela 1 Matriz de Autenticidade com base no documento de Nara sobre Autenticidade

Aspectos	Dimensões			
	Artística	Histórica	Social	Científica
Forma e Desenho	O arquiteto usou da precisão geométrica com a técnica potencializando a forma como um recurso que define a estrutura. É um volume com planta quadrada, fechamento em vidro e colunas interligadas por arcos plenos em concreto sobre um espelho d'água.	A construção da cidade simbolizava o nascimento de um novo país, num ideal de valorização do cidadão e sua capacidade de realização. As formas originais revelam a ousadia e força que se desejava simbolizar.	As formas do projeto são facilmente reconhecíveis, marcantes, belas, simples, com soluções originais e detalhamento engenhoso.	X
Materiais e Substância	Construído em concreto armado, apresenta ainda madeira, pedras nacionais (mármore e granito), carpetes, tecidos e vidros. As pedras ornamentais simbolizam a perenidade implícita e evocam o poder. Os pisos distinguem os salões.	Na época da construção de Brasília o país passava por grande desenvolvimento tecnológico na engenharia, e no uso do concreto armado, predominante nas obras de Brasília e do próprio Niemeyer.	Os materiais usados reforçam a identidade do povo a partir do contexto da história da construção da cidade, indissociável da construção do Palácio embora este tenha sido inaugurado somente em 1970.	X
Uso e Função	A rotina do Palácio é marcada por códigos, procedimentos e hierarquias, e para aperfeiçoar o fluxo e respeitar as hierarquias, o arquiteto acessos, um em cada fachada.	A construção do Palácio representou uma oportunidade de expansão administrativa do Ministério (MRE), pois havia na época a expectativa de ampliação e criação de missões diplomáticas.	X	X
Tradições e Técnicas	A expressão do concreto da arcada foi obtida pelo desenho criterioso das fôrmas que imprimiram a textura projetada, onde a força da arcada se manifesta ao contrapor a textura cuidadosa com o tônus estrutural. A cor especial do concreto (ocre) qualifica a textura	O projeto arquitetônico explora muito bem o concreto aparente em faixas estreitas, com um cuidadoso estudo da tonalidade e sem nenhuma junta de dilatação em toda a estrutura.	X	O ajuste da cor do concreto usado (ocre) foi feito por estudo do traço, tornando-o um concreto exclusivo.
Localização e Espaço	De acordo com o conceito de "unidade arquitetônica" de Niemeyer, o prédio está articulado com os Palácios da Praça dos Três Poderes, numa equivalência plástico-formal, com arcadas e colunatas, formando um conjunto, mantendo as diferenças da unidade.	A pré-figuração do Palácio estava contida no relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa, onde o urbanista pondera sobre a distinção do Ministério das Relações Exteriores - MRE e do Ministério da Justiça em relação aos demais ministérios.	Considerando a importância cerimonial das relações entre os poderes políticos do Estado e sua organização na cidade, a organização espacial dos edifícios representativos desses poderes reflete as relações entre os poderes.	X
Espírito e Sentimento	O Palácio flutuante, com seus arcos característicos e com o <i>Meteoro</i> de Bruno Giorgi (representação dos continentes), dá sua própria escala monumental.	X	O simbolismo da representatividade institucional, ressaltado pela arquitetura do Palácio, é para a comunidade algo de orgulho.	X

Tabela 2 Matriz de Autenticidade e Acessibilidade Avaliação do Impacto das intervenções para a acessibilidade

Aspectos	Dimensões			
	Artística	Histórica	Social	Científica
Forma e Desenho	As rampas de acesso são retas, largas e suaves (inclinação < 5%). O percurso interno tem barreiras, mas a ideia da “planta livre” e os acessos em todas as fachadas podem facilitar adaptações.	Em razão de seu desenho e forma, os acessos à edificação se alterados não afetarão a compreensão do monumento. Porém, alterações internas deverão ser claramente identificadas e informadas.	Não há participação da comunidade local na preservação do bem, porém o tombamento do Plano Urbanístico e a característica da instituição que funciona ajudam na preservação.	O estudo da arquitetura moderna, suas características e a acessibilidade lançam importante desafio aos profissionais da preservação.
Materiais e Substância	Há pouca variedade de pisos (mármore e carpete), e têm boa condição de uso, sendo que os internos têm brilho e podem ofuscar. Ajustes nas rampas são possíveis. O desafio é adaptar a escada no térreo.	O sistema construtivo, em concreto armado, evoca a construção da cidade, marco da arquitetura moderna. Complementos nas rampas de acesso (inclinação < 5%) devem ser distintos de elementos originais (contraste).	As placas cimentícias ainda são usadas como proteção de taludes em vias e viadutos. No entanto não são mais usadas para piso em calçadas. Estas características devem ser exploradas para intervenções para acessibilidade.	O princípio do contraste deve ser estudado, pois a proximidade histórica entre construção e adaptação não possibilita grande variação de materiais e técnicas construtivas.
Uso e Função	Diferenças em documentos demonstram mudanças de uso e adaptações de um patrimônio cultural em pleno uso. Deve-se considerar a hierarquização das circulações.	As rampas de acesso (fachadas norte, oeste e leste), servem a diferentes usuários, representando a hierarquia do funcionamento do Palácio. Alterações nas hierarquias internas (acesso e circulação) devem ser comunicadas.	A comunidade geral faz uso do Palácio como um lugar de visitação. Mas o Palácio é uma estrutura viva que no desempenho de funções diárias necessita obrigatoriamente de banheiros adaptados para servir minimamente a essa função.	O Palácio Itamaraty ainda hoje não teve seu projeto publicado com a devida relevância. Mais estudos podem permitir, aos responsáveis pela intervenção, alternativas para a acessibilidade.
Tradições e Técnicas	A técnica construtiva e o detalhe arquitetônico das rampas e escadas exigirão respeito à permeabilidade e a outros elementos organizadores do espaço como vazios internos.	A acessibilidade marca um novo período da preservação do patrimônio. Sua aceitação deve vir de um processo de educação que envolva toda a sociedade.	Materiais que compõe a arquitetura moderna brasileira, em especial a de Niemeyer, fazem parte do senso comum geral e não apenas de especialistas. Inserir novos elementos requer cuidado.	X
Localização e Espaço	Inserção de novos elementos, como corrimãos, altera a aparência da área externa e a percepção do local. Sua instalação deve respeitar materiais e desenho originais.	A inserção de rampas e corrimãos altera a relação do bem com seu entorno imediato. O projeto de arquitetura deve levar em conta esta importante modificação.	Vias e calçadas são mantidas limpas tanto pela administração do palácio como pelo Governo do Distrito Federal.	X
Espírito e Sentimento	Rampas são marca de Niemeyer, e estão no imaginário nacional. Devem ser estudadas para preservar a intenção do arquiteto.	X	A inserção social, com a instalação das rampas (inclinação máxima de 8%), evita o constrangimento da instituição, e de todo um país ali representado.	X

7 CONCLUSÃO

A ferramenta indicou serem possíveis adaptações sem que as mesmas interfiram demais nos valores e, por conseguinte, na autenticidade. A Matriz de Autenticidade e Acessibilidade apresentou um resultado satisfatório, destacando a grande importância das dimensões artística e histórica, e mostrou também as barreiras e as diretrizes para as possíveis soluções. Este detalhamento foi resumido devido às restrições de apresentação deste congresso e está apresentado na Tabela 2 acima.

Diversas medidas e procedimentos podem ser facilmente adotados para tornar o Palácio mais acessível: treinamento e capacitação em LIBRAS e no atendimento aos deficientes do pessoal que faz as visitas guiadas, disponibilização de maquetes táteis e *headsets*, melhoria da sinalização e estabelecimento do plano de comunicação visual, instalação de rampas na área externa, adaptação dos balcões de atendimento e estabelecimento de brigada contra incêndio. Outras requerem um pouco mais de cuidado na proposição e na instalação ou execução, tais como, adaptação dos banheiros, sinalização direcional, instalação de corrimãos em rampas e escadas, alargamento de corredor, instalação do sistema de alarme, retirada de portas e troca de maçanetas e instalação de rampas no auditório.

Em razão das análises, seguem algumas possibilidades de adaptação para as soluções das não conformidades apontadas: na escada do térreo e na do mezanino o corrimão poderia ser em peça única, em aço escovado tubular redondo com apoio só no início e fim, ou com no máximo um montante intermediário, instalados nos dois lados da escada. Para não afetar o visual das escadas, os corrimãos não teriam travessas horizontais, ou poderia ser inserido um anteparo em vidro antirreflexo instalado entre o corrimão e os degraus para servir de vedação incolor. O mesmo pode ser considerado para corrimãos nas rampas externas nas fachadas norte, oeste e leste. Nesse caso as travessas horizontais poderiam ser em cabos de aço. Devem ser evitados elementos verticais e privilegiados os horizontais, de forma discreta, mantendo a similaridade com o desenho reto e horizontal das rampas. As rampas no auditório, a serem instaladas nas duas portas próximas à parede de fundo da bancada, podem ser em aço, com corrimão e guarda corpo.

Adaptações respeitando a autenticidade são possíveis. Embora a ferramenta utilizada esteja focada no atendimento da norma de acessibilidade, outras normas e critérios técnicos poderiam ser inseridos, tais como iluminação. Mantendo-se a autenticidade como ponto de partida, a mesma norteará todas as possíveis adaptações desejadas, tanto para a acessibilidade como para outro fim. Este trabalho representa um caminho a ser considerado na busca de soluções de adaptação para a acessibilidade que respeitem a autenticidade.

8 REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <www.mpdf.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2012.

BOITO, C. (2003). **Os restauradores**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

Costa, L. (2009) Relatório do Plano Piloto de Brasília, *in* Leitão, F. *et al* (Org.), **Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro** – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Brasília, 35-42.

Cury, I. (2004) Org. **Cartas Patrimoniais**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: IPHAN

Decreto Federal nº 5.296/2004 (2004). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 12 de março de 2012.

Ferreira, O. L. (2011) **Patrimônio Cultural e Acessibilidade. As intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005** (Tese). Brasília: Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PPG/FAU/UnB, 2011.

IPHAN (2003) Instrução Normativa nº 01, de 25 de novembro de 2003. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=355>>. Acesso em 12 de março de 2012.

Jaemen, M. (2008) **Safeguarding the spirit of an historic interior on the basis of the ‘Nara-grid’**. 16th General Assembly of ICOMOS, Quebec, Canada, 29 September - 5 October 2008.

Medeiros, A. E. e Campos, N. (2010) Cidade projetada, construída, tombada e vivenciada: pensando o planejamento urbano em Brasília, *in* Paviani, A. *et al*. (Org.) **Brasília 50 anos: da capital à metrópole** – Brasília: Editora UnB, 2010, p. 137-161.

Meurs, P. (1995) Modernismo e tradição, preservação no Brasil, *in* Guerra, A. (Org.) **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira parte 1**, – Coleção Bolso RG, n.1. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2010, 316.

Ministério das Cidades (2007) Caderno de implementação de políticas municipais de acessibilidade, Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Biblioteca/BrasilAcessivelCaderno04.pdf>>. Acesso em 12 de março de 2012.

Rossetti, E. P. (2009) A arquitetura do Palácio Itamaraty (1959-1970). Disponível em <http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/ROSSETTI-A-arquitetura-do-Palacio-Itamaraty-1959-1970.pdf/at_download/file>. Acesso em 15 de março de 2012.

Santos, E. C. R, Clímaco, J. C. T. e Nepomuceno, A. A. (2007) A estrutura do palácio do Itamaraty em Brasília: aspectos históricos e tecnológicos de projeto, execução, intervenções e manutenção, *in* **Rev. Int. de Desastres Naturales, Accidentes e Infraestructura Civil**. Disponível em <http://academic.uprm.edu/lacpei/index.php/RIDNAIC/article/viewFile/135/134>. Acesso em 15 de março de 2012.